



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Prels - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Albino Corazza e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida Cesar, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, José Alves, José Arthur Ritti, Lygia Pupatto e Rafael Greca de Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob o n.^o 139/92-SCE, do Senhor Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ - Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminhando queixa-crime intentada por Silvio Name contra o Governador Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando que na consonância do art. 89, "caput", da Constituição do Estado do Paraná, submeta a esta Colenda Assembléia Legislativa a acusação de que trata, conforme despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro Costa Lima, Re-

lator. Ao Conhecimento da Casa.

Sob os n.^{os} DTL/SAT/146 e 147/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE os Projetos de Lei n.^{os} 186/92 e 184/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO N.^o 12/92

Senhor Presidente.

Solicito junto a Mesa desta Casa de Leis, justificativas à minha ausência na Sessão Ordinária do dia 29 de junho, em função de estar representando a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Solenidade de Comemoração do 20.^o aniversário de Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná, que se realizará no dia 29 do corrente às 16:00 horas, na Cidade de Londrina.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) LYGIA PUPATTO

OFÍCIO N.^o 164/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para comunicar que, devido às convenções partidárias para escolha de candidatos a Prefeito em municípios da Região Noroeste do Estado, vejo-me impossibilitado de estar presente aos trabalhos legislativos em Plenário, razão por que solicito justificativa à minha ausência às atividades dos dias 22, 23 e 24 de junho corrente.

Sendo só o que se me oferece no momento, aproveito o ensejo para antecipar agradecimentos.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação dos Projetos de Lei n.^{os} 371/91, 059, 152, 158, 159, 166, 167, 173, 176, 185 e 187/92, todos constantes da Ordem do Dia marcada para o dia de hoje.

Sala das Sessões em 29.06.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N.^o 1106-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o ADIAMENTO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, para o Projeto de Lei n.^o 161/92, de auto-

ria do Tribunal de Justiça, item 07, da Ordem do Dia da presente sessão ordinária, por três sessões.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 121 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, Requer que o Projeto de Lei n° 194/92 (Mensagem n° 052/92), seja anexado ao Projeto de Lei n° 005/92 (Mensagem n° 003/92), ambos de autoria do Poder Executivo, por se tratar da mesma matéria, relativa à isenção dos Impostos Transmissão Causa Mortis e Doações.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor Nipton Reade Curi, ocorrido no dia 27 de junho do corrente ano, no Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Nipton Curi, ocorrido nesta Capital no último dia 27.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Rossoni, José Tavares, Heinz Herwig, Luiz Carlos Martins, Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Arlindo Troian,

Erondy Silvério, Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Aníbal Khury, Carlos Simões, Luiz Carlos Alborghetti, Edson Silva Lino, Oswaldo Trevisan, João Arruda, Dalton Machuca, Paulo Maia, Neivo Beraldin, Djalma de Almeida César, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, João Preis, Mário Bezerra, Duílio Genari, Eurides Moura, Severino Félix, Dobrandino da Silva e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, adormeceu no Senhor, no dia 27 último, o Sr. NIPTON KHURY, deixando viúva Dona Arlete Therezinha e 2 filhas.

O passamento de Nipton Curi veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Nipton.

O céu será grande e a paz sobre READ e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus me ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que eu saiba dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor abençoei a família Curi para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo READ sob a sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

Nipton Curi teve uma brilhante carreira no Banco do Brasil, tanto por aspectos verdadeiramente insólitos quanto pela dedicação à instituição e à região de União da Vitória na integração comum no sentido do trabalho e desenvolvimento.

A agência do Banco do Brasil foi inaugurada a 30 de novembro de 1942. No dia 14

de dezembro desse mesmo ano ele foi nomeado na função de servente. Mercê a sua inteligência, trabalho e competência foi galgando todas as posições na agência, sempre por merecimento. A 31 de outubro de 1957 chegou ao cargo de gerente, permanecendo até setembro de 1988, sem nunca ter se afastado.

A agência teve até 1988, somente três gerentes, o que é um fato inédito na organização. Nipton Curi ficou como funcionário, por 46 anos na mesma agência, o que também é um fato absolutamente inédito nos quadros do Banco.

Depois de haver declinado de muitos convites e de haver mesmo preferido não ser incluído nos remanejamentos de pessoal, fato comum na vida bancária, Nipton Curi deixou União da Vitória, atendendo convite formulado pela Direção Geral do Banco do Brasil, assumindo a Gerência Geral da agência Central de Curitiba, que é a 5ª maior agência do Banco do Brasil no País, onde se aposentou para voltar a residir em União da Vitória.

O que fez um funcionário de carreira permanecer por tanto tempo na mesma agência e inclusive no posto de gerente, declinando de transferências e remoções para centros maiores, geralmente pleiteadas até com insistência? Aí residiu mais um mérito de sua pessoa - seja em termos profissionais, seja em termos pessoais. Nipton Curi começou jovem no Banco do Brasil, e começou justamente em União da Vitória. Todos esses anos de sua vida foram dedicados à instituição. Assumindo a gerência enfrentou muitas e diversificadas situações, com ele a agência se consolidou e se fortaleceu; com o Banco do Brasil a região de União da Vitória marcou seu desenvolvimento. Foi uma convivência de quase meio século, enfrentando as mesmas vicissitudes, superando os mesmos obstáculos, passando pelas mesmas crises comemorando as mesmas vitórias e conquistas.

Nipton Curi não foi apenas um expectador nessa história, foi parte integrante, personagem central. Para ele o Banco do Brasil e União da Vitória sempre foram partes indissociáveis, interdependentes. Para ele a maior satisfação pessoal e profissional sempre foi o trabalho e a dedicação ao Banco, e à sua Cidade. Sempre sentiu-se gratificado em emprestar sua participação nesse esforço mútuo, em atuar em prol da comunidade, das pessoas, de todos aqueles que também, cada qual com sua parcela correspondente, contribuíram e contribuem para o desenvolvimento e modernização do Município e da região. Talvez jamais pudesse sentir a mesma gratificante alegria em outras cidades, ainda que maiores e com possibilidade de mais destacada posição pessoal. Ele sempre preferiu con-

tinuar ali, servindo à instituição a que pertenceu como funcionário, mas ao mesmo tempo servindo o seu povo. Somente depois de 46 anos de agência e 31 de gerência. Nipton Curi aceitou a mudança. Mas como dedicado servidor que foi, aceitou porque foi uma nova missão que a Direção Geral do Banco lhe confiou, e ele cumpriu com o mesmo zelo, com a mesma competência; porque das missões e dos desafios os capazes e dignos não recuam, enfrentam-nas.

NIPTON CURI deixou a sua tão querida agência interiorana, mas continuou no coração de todo o povo de União da Vitória estimado e respeitado por todos os segmentos da sociedade. Ele saiu, mas seus grandes exemplos e os reflexos de seu trabalho permaneceram como um farol aos seus colegas de Banco, aos seus amigos e admiradores, a todo o povo de União da Vitória que tanto respeito e carinho lhe devotaram.

Agora, NIPTON CURI voltou para Porto União da Vitória para sua última morada junto aos seus familiares e amigos. Nós que aqui ficamos lamentando sua ausência, pedimos ao altíssimo Criador que sua alma seja acolhida no Reino Celestial.

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 180/92, ao final subscrito, REQUER na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90 que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar, à Secretaria dos Transportes, a fim de que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

NILTON BARBOSA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 198/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2° - O integrante das Polícias Civil ou Militar que descumprir a presente lei, seja autor ou seja responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remune-

ração. Se a infração for cometida por funcionários de empresa de vigilância ou segurança, à mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil ou Militar, autor ou responsável pela ordem, e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

No dia 30 de agosto de 1988 os professores estaduais do Paraná realizaram uma manifestação no Centro Cívico de Curitiba, nesta oportunidade foram utilizadas 4 (quatro) bombas de efeito moral, cuja referência é GL 304, e um espargidor de gás lacrimogêneo, referência F-3. Como resultado desta ação utilizando elementos químicos, ficaram feridas 18 (dezoito) pessoas de forma leve e 02 (duas) pessoas de forma grave, incapacitando-as para o desenvolvimento de suas atividades normais por mais de 30 (trinta) dias.

Outro fato, acontecido no Estado de São Paulo em 14 de setembro de 1991, demonstra a lesividade da utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Nesta data mais de 50 (cinquenta) policiais foram submetidos a exercícios com artefatos químicos no quartel da ROTA. Destes, 08 (oito) sofreram intoxicações, e 02 (dois), o Cabo Adilson Donizete de Oliveira e o Soldado Josafá Aparecido da Silva, faleceram.

Estes dois acontecimentos, entre tantos outros não divulgados, e o despreparo dos policiais - decorrentes das condições inadequadas de trabalho, incluindo baixos salários - atestam a nocividade da utilização destes artefatos. As informações citadas não são versões, elas podem ser comprovadas por documentos oficiais cuja fidedignidade não é contestada, como o Processo Crime 11/90 do Ministério Público que investiga os atos ocorridos no Centro Cívico em Curitiba.

Não podemos permitir que cidadãos fiquem expostos aos riscos decorrentes da utilização de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, sobretudo quando a própria Polícia Civil e Militar reconhecem dificuldades para a orientação das tropas e a falta de preparo do dispositivo operacional.

O professor Igor Vassilief, doutor especializado em toxicologia da Universidade

Estadual Paulista - UNESP, compara os gases lacrimogêneos às armas químicas condenadas pela Convenção de Genebra, enfatizando as consequências altamente prejudiciais à saúde e à necessidade da proibição de seu uso.

Para defender a saúde e a vida dos cidadãos, entre os quais encontram-se os membros da Polícia Civil e Militar, solicitamos a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, visitantes.

Participamos na manhã de hoje, no Palácio Iguaçu, juntamente com o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury e Deputados integrantes desta Assembléia Legislativa da solenidade na qual o Governador Roberto Requião assinou convênio com o Exército Brasileiro para a construção da Ferro-Oeste, obra tão aguardada na história do Paraná e que agora se torna realidade com recursos do Estado e com a participação do Exército Brasileiro.

Este Exército Brasileiro que cumpre as suas funções constitucionais saindo também nas ruas e nas estradas, saindo da caserna e dos quartéis, estando presente com o povo brasileiro para construir o nosso futuro, fazer os nossos caminhos do progresso, do desenvolvimento econômico e social. No Artigo 142 da Constituição Federal estão previstas as atribuições e as tarefas das Forças Armadas, e diz o seguinte: "As Forças Armadas constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares organizadas com base na hierarquia e na disciplina sob autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da Lei e da Ordem".

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as atribuições das Forças Armadas, e agora neste caso do convênio com o Governo do Paraná com o Exército Brasileiro mostra-se que a garantia da Lei e da Ordem, e mostra também que quando as Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria significa que esta defesa da Pátria, que esta garantia da Lei e da Ordem, se representa, não somente quando o Exército, quando as Forças Armadas têm que pegar em armas, mas elas se mostram agora também, quando o Exército Brasileiro pega em máquinas, e toda sua equipe de engenheiros, o seu departamento de engenharia, e vem romper a mata, desbravar o sertão, para a

construção de uma ferrovia que estará apitando em Cascavel ainda no Governo Roberto Requião.

Com esta participação neste convênio com Governo do Paraná o Exército Brasileiro mostra que os objetivos nacionais permanentes da Nação Brasileira tem que estar realmente presentes junto com o povo desta terra, e com este convênio assinado mais uma grande obra deste Governo se torna realidade, e nós podemos também aqui dizer deste mesmo Governo, lembrando o Padre Antonio Vieira "Este é um Governo para quem tem olhos para ver". As suas realizações já são hoje, uma realidade e todo o povo paranaense acompanha de perto a grande realização que está sendo feita neste Governo pelo Governador Roberto Requião, presente em todas as atividades do desenvolvimento econômico, social e político do Paraná.

Tivemos também presente na solenidade de hoje o testemunho do ex-Governador Ney Braga e foi com a participação do Exército Brasileiro e o comando também nessas operações do Vice-Governador Mário Pereira, que a Ferroeste será uma realidade ainda neste Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência com muito pesar registra o falecimento no último sábado em Curitiba do Senhor Nilton Curi, irmão do Deputado e Presidente desta Casa Deputado Anibal Khury, sepultado ontem pela manhã na Cidade de União da Vitória.

No Pequeno Expediente, Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ocupo esta Tribuna que o povo de Toledo me outorgou para manifestar à opinião pública do Paraná e registrar nos Anais desta Casa a nossa preocupação, o nosso alerta e a nossa denúncia sobre o processo político sucessório do Município de Toledo. Por que essa nossa preocupação, Senhores Deputados? Não só os fatos que acontecem hoje, mas como justificativa maior, baseada em fatos já ocorridos na história política de Toledo, é que trazemos para registro nesta Casa os fatos que vamos relatar.

Em 1968, quando chegávamos em Toledo, este Município virou manchete nacional na época com denúncias de falcatruas eleitorais. O povo saiu às ruas para festejar a vitória de um candidato no final das apurações e uma hora depois o Juiz Eleitoral anunciou o resultado inverso, dando vitória a outro candidato.

Em 1976 o candidato do então MDB, primeiro candidato da Oposição, ARENA-1, ARE-

NA-2, ARENA-3, atacado que foi por panfletos mentirosos e absurdos provocaram sensíveis mudanças no resultado eleitoral.

Em 1986, nas eleições para Deputado Estadual, nosso colega e adversário político, Duílio Genari, sentiu na carne o ataque na véspera da eleição com panfletos oriundos do candidato do PMDB mencionando negócios escusos e até hoje me nego a acreditar naquela denúncia específica feita na época.

Agora, neste ano eleitoral de 92, o Correio de Notícias, na edição de 13/04 último, traz como manchete "PIZOLATTO DENUNCIA TENTATIVA DE CORRUPÇÃO EM TOLEDO".

(Lê)

O ex-candidato a governador e candidato cogitado pelo PT à Prefeitura de Toledo Henrique Pizolatto recebeu na semana passada uma proposta de suborno eleitoral visando atingir a candidatura do ex-prefeito e atualmente deputado estadual Albino Corazza, virtual candidato pelo PDT e que lidera disparado todas as pesquisas realizadas no município. A proposta foi feita por dois homens que Pizolatto preferiu não identificar mas que prometeram destiná-lhe os recursos para que realizasse sua campanha a prefeito pelo PT visando atingir o líder das pesquisas, o qual tem larga margem de seus eleitores entre os que trazem como segunda opção a candidatura de Pizolatto. Bastante revoltado com a proposta Pizolatto preferiu solicitar aos dois representantes que os esquecessem enquanto ele faria o mesmo, mas informou que são homens ligados à política toledana já há vários anos e que circulam também no meio empresarial.

Eles afirmaram a Pizolatto que ele possuía um bom lastro eleitoral e que se o problema de sua candidatura fosse a falta de recursos financeiros não havia nenhuma dificuldade porque eles resolveriam. Pizolatto considerou a atitude como um desrespeito para com as pessoas da comunidade e afirmou ontem que esse tipo de gente não tem autoridade nenhuma para ficar criticando a corrupção como tem feito. "Quem faz um tipo de trabalho desses é pistoleiro" afirmou o bancário, que atualmente preside o sindicato dos Bancários de Toledo e a Central Única dos Trabalhadores no Paraná. "Pelo tempo de Toledo que eu tenho e pela minha vida pública eles sabem que eu não faço uma coisa dessa" afirmou ele, que se diz decepcionado com a atividade política a partir dessas proposta de corrupção. Pizolatto disse que se saísse candidato sairia com defesa de propostas claras e defendendo uma ideologia e que "não me presto a sair contra um ou outro", pois a lógica política exigiria que atacasse o primeiro colocado nas pesquisas para cres-

cer entre os eleitores. "Tive chance de aproveitar coisa muito melhor quando candidato a governador o recomendou a eles que parem com essa atitude, pois se não conseguem fazer política limpa devem parar de fazer, para que o povo não adquira mais raiva ainda da política".

Quanto aos autores da proposta ele prefere não vinculá-los a nenhum partido, afirmando que "já os vêem tantos partidos que posso dizer que são que nem palmeira, que dobra conforme o vento". Para ele são os tipos que se sentem como donos do poder e dos destinos da comunidade e vêem os restantes como servidores a cumprir seus desejos."

Senhores Deputados, vimos em Toledo, os grandes empresários da cidade, conjuntamente com a UDR, chamarem para uma conversa reservada dois partidos políticos de Toledo, dos onze existentes, menos o PT e nove dos dez convidados, menos o PDT, se submeteram a decisão do poder econômico, se coligando numa união estranha onde a democracia foi massacrada. A frentona de nove partidos de Toledo é estranha e choca a consciência de todos e de qualquer cidadão comum.

Perguntamos, é ou não é estranho, ver num mesmo palanque Collor com Ulisses Guimarães, Mário Covas com Malluf e Caiado. Aqui no Paraná é ou não é estranho ver num mesmo palanque Requião, Martínez e Zé Eduardo. Como em Toledo é estranho e é impossível acreditar pela maioria do povo, ver num mesmo palanque Duílio Genari com Sabino Campos e o prefeito Araújo.

Qual é o segredo, qual é o milagre que faz o impossível acontecer em Toledo, Senhores Deputados. Talvez o amor a Toledo ou talvez impedir a participação do povo antes e depois da eleição ou quem sabe confirmar a frase famosa da D. Zélia: o povo é apenas um detalhe.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este é apenas o início do processo. Como será o seu fim? Não sabemos. A pressão política e econômica sobre os convencionais dos partidos políticos de Toledo, não será talvez o tom e o ritmo da pressão que será feita sobre os funcionários públicos, sobre os trabalhadores das grandes empresas e sobre os eleitores carentes e desempregados que passam fome? Toledo por seis anos virou notícia nacional pelo trabalho da sua comunidade. A organização comunitária, a geração de empregos, a participação popular na administração pública, a discussão do Orçamento do Município pelo povo representando no grande Conselho Comunitário foram fatos registrados pela imprensa nacional. Não queremos, Senhores Deputados, que Toledo que é notícia pelo trabalho honrado do seu povo, se transforme em notícia que denigra a imagem do seu povo.

Queremos fazer este registro e este alerta nesta Assembléia Legislativa do Paraná para que a opinião pública do Paraná e do Brasil acompanhe com isenção o processo sucessório de Toledo e a imprensa estadual e nacional registre... (Ausência de som) do processo estranho que acontece em Toledo.

Senhores Deputados, poderão perguntar: Será medo? Medo sim do que está acontecendo, pois já se percebe que alguns órgãos de imprensa de Toledo, já começaram a silenciar e a distorcer a verdade, ameaçados pelo poder político e econômico da cidade. Isto dá medo sim. Isto é um prenúncio perigoso, Senhores Deputados.

Como candidato do PDT daquela cidade, depois de seis anos de mandato popular, como ex-Prefeito, sinto-me como um bandido sendo perseguido e caçado por todos os lados. Qual é o crime que cometi, Senhores Deputados? Não sei. Apenas quero que no dia 3 de outubro a voz livre, consciente e soberana do povo me julgue. Aceitarei o resultado de cabeça erguida, porque, Senhores Deputados, acredito na democracia, acredito na liberdade e acredito acima de tudo na justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lourenço Fregonese com a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, desde a última sexta-feira, na Cidade de Paranaguá, o crime compensa. Através de uma atitude drástica, o juiz local fez por bem lavrar alvarás de soltura a todos os presos que não têm condenação. Isto por quê, Senhores Deputados? Porque há mais de dez anos se promete uma reforma na cadeia e a construção de um presídio e nada acontece. O juiz da Cidade de Paranaguá comunicou à Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Segurança sobre as condições da cadeia pública de Paranaguá. Não obtendo resposta simplesmente achou por bem liberar a grande maioria dos presos daquela cidade. Hoje assassinos, estupradores, ladrões, presos portadores da AIDS estão livres na Cidade de Paranaguá. Mas vejam bem, Senhores Deputados, não bastasse...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas tribunas de honra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - ...o ano passado no Estado do Paraná nós apresentamos a Emenda de nº 0814 ao qual destinava 400 milhões de cruzeiros, preço de abril de 91, para a construção da cadeia pública de Paranaguá. Foi acatada pelo Senhor Governador, foi aprovada nesta Casa e até

agora nada foi concluído. O dinheiro existe, a dotação existe, mas a vontade não existe, por parte da Secretaria de Segurança Pública. Que governo é esse que aceita no orçamento do Estado e não conclui a obra que é de sua prioridade, que é a segurança do povo do Estado do Paraná, do povo do litoral do Paraná e da cidade de Paranaguá. Nós lamentamos que hoje em Paranaguá, o crime compense, porque você pode roubar, você pode assassinar, você pode furtar, que nada acontecerá a você, porque o juiz não manda mais prender, a polícia já não prende, por falta de condições e Paranaguá virou uma bagunça, uma bagunça graças ao não cumprimento do orçamento público de 1992.

Estamos aqui pedindo ao governador do Estado que realmente deixe de "papo" e parta para o fato e resolva construir a nova cadeia pública de Paranaguá, cadeia essa já colocada no orçamento do Estado, porque não é mais possível que a população de Paranaguá viva em estado de temor, com medo, e hoje os bandidos têm vez e as pessoas que pagam impostos, as pessoas honestas, não têm mais condições de viver.

Providências já, Sr. Governador, porque senão, os bandidos terão vez no seu Estado e a propaganda não mais valerá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Na semana passada, representando esta Casa, estive em Brasília acompanhando um encontro entre a bancada do Paraná, que dá sustentação ao governo federal, e os dezessete prefeitos que presidem as microrregiões do nosso Estado, para encontros com autoridades da República, muito particularmente com o Sr. Ministro da Previdência, visando encontrar uma solução para um problema angustiante, preocupante, que aflige os municípios brasileiros e em particular os do Paraná, que é possível a retenção de parcelas do FPM dos municípios que ainda não requereram parcelamento junto à previdência social.

Na oportunidade, Sr. Presidente, nobres colegas, tivemos um encontro demorado com o Sr. Ministro Reinhold Stephanes, da Previdência Social, que para nossa satisfação, é paranaense, e que nos acolheu de uma maneira muito hospitaleira e receptiva aos nossos reclamos e às nossas preocupações.

Fomos muito bem recebidos pelo coordenador do Bloco de Apoio ao Governo, Deputado Onaireves Moura, do PTB, cuja postura também nos deixou tranquilos quanto à forma, como bloco governista, vêm conduzindo

as tratativas, visando tranquilizar os municípios do Paraná. A postura, Sr. Presidente, do Ministro Reinhold Stephanes, diante dos prefeitos e dos Deputados, é digna de elogio. Ele pertence ao Partido da Frente Liberal e uma justiça tem que ser feita aqui nesta hora: se não fosse Sua Excelência o Sr. Ministro da Previdência e paranaense, com certeza o encaminhamento dessa questão que é séria, não teria sido, nobre Deputado João Arruda, Vossa Excelência, que é correligionário dele, não teria sido a melhor possível.

Por esta razão, representando esta Casa, usando, Sr. Presidente Anibal Khury, da palavra, por mais de uma vez nessas reuniões de Brasília, me colocando na condição de representante desta Casa, por uma questão de justiça, entendi que deveria vir hoje à tribuna fazer aqui este registro.

Felizmente o Ministro da Previdência, sensível - até demais, eu diria, porque quando nós votamos na Assembléia Constituinte dispositivos constitucionais que falam num determinado momento de que os municípios teriam um prazo para proceder ao recolhimento dos débitos junto à Previdência, e que poderia também, através de outro dispositivo, fazer encontro de contas. Na realidade, de um lado, nós temos o imperativo da Constituição que obriga os municípios em débito requererem o parcelamento; por outro lado, temos também um outro dispositivo, que por não ter sido regulamentado, não, segundo o nosso entendimento, não dá o direito ao Governo Federal de querer exigir da forma como vinha, que os municípios regularizassem dentro de um prazo que foi estabelecido para este mês de junho.

Portanto, acho que a viagem valeu a pena. Acho que os 17 Prefeitos e Presidentes de Microrregiões, depois de uma reunião de avaliação que fizemos, liderada pelo Prefeito José do Carmo, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, voltaram de Brasília extremamente satisfeitos. Eu tive também a sensação, nobre Deputado Alceu Swarowski, que se não fosse a competência e a forma firme do Ministro Reinhold Stephanes, a Previdência não estaria saindo das dificuldades em que se encontra. É o homem certo para o momento certo, é um técnico investido no mandato de Deputado Federal. Mas justiça seja feita, se ele não conseguir colocar a Previdência nos trilhos, muito dificilmente, neste Governo que aí está, qualquer outra pessoa haverá de consegui-lo.

Por estas razões é que faço aqui este registro. Presto contas da minha viagem e volto satisfeito, Deputado Dobrandino, e Vossa Excelência que vai ser Prefeito novamente de Foz do Iguaçu, porque tenho a

certeza e a consciência de que os municípios brasileiros, que prestam relevantes serviços à área de seguridade social, estão sendo respeitados pelo Ministério da Previdência, tendo em vista a postura do Ministro Reinhold Stephanes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso País, governado por um bem mimado e apadrinhado jovem alagoano, que já na década de 70, sem nenhum esforço, ganhou de presente a Prefeitura de Maceió.

Este alagoano, bem apessoado, considerado de boa família. Seu pai, coronel nordestino, Senador biónico e assassino dentro do Congresso Nacional, por ter assassinado um outro Senador.

Este jovem alagoano, bem casado com filha de empreiteiro, sendo rico, sem nenhum esforço. Após a sua separação casa-se novamente, como, provavelmente temos hoje, com uma Malta, não só no sobrenome, mas a "malta", como diz o coletivo do próprio nome.

Afilhado do coronelismo nordestino, afilhado dos generais da ditadura, afilhado dos ditadores civis, Golberi, Delfim, Bornhausen e Malluf - e inclusive este foi seu padrinho de casamento. Ele sempre na vida fácil, subiu na vida. Prefeito, Deputado Federal, Governador pelo PMDB de Alagoas, apoiado, inclusive, e quem diria, pelo PC do B que literalmente o carregou nas costas no dia da posse.

Esse bom rapaz, com ótima retórica, ganhou dos democratas as esquerdas equivocadas de Alagoas. E como já se dizia, "esse menino vai longe". E foi longe. Na Presidência da República, está indo longe demais.

Como Governador de Alagoas, ficou conhecido como "caçador de marajás", graças à Globo, este "caçador" gritava em rede nacional e obtinha eco dos seus gritos no Senhor Roberto Marinho, de que ele iria acabar com a corrupção e que os marajás seriam demitidos.

Mas, nós já sabíamos da história, quem era este "caçador de marajás", enquanto Governador de Alagoas. Enquanto Governador de Alagoas, ele caçou. Caçou os trabalhadores, servidores públicos, achatando seus salários, massacrando-os, oprimindo-os e submetendo-os a salários de fome. Caçou os líderes sindicais daquele Estado, esse servidor, perseguiu todos. Caçou o serviço público que tinha boa qualidade para sucateá-lo, para destruí-lo. Caçou seus amigos usineiros e localizando-os muito bem, en-

cheu o bolso deles todos de muitos dólares. Caçou a família de seus amigos e parentes para muito bem empregá-los na Administração Pública, todos eles na época com ótimos salários. Na época, caçou todas as empresas de amigos para contratá-las sem licitação e sem concorrência pública, para gozar das benesses do Governo de Alagoas. E desviou dinheiro público para seu bolso, conforme denúncias feitas na época, pela imprensa, a nível nacional.

Depois de ter-se favorecido em dois anos de Governo de Alagoas, depois de ter destruído o Estado de Alagoas, através dos meios mágicos da TV Globo e pelas asas dos aviões dos usineiros de Alagoas, viajou pelo Brasil afora, tendo Bandeira como piloto deste avião, que hoje se sabe muito bem qual era a bandeira deste Governador de então.

Viajou pelo Brasil e voou para Brasília, como Presidente. Como Presidente da República, montou um Ministério, como dizia um de seus ilustres Ministros, que era "imexível", tanto ele como o Ministério.

E todos estes seus Ministros foram demitidos por incompetência. Assim que assumiu a Presidência, deu um tiro no tigre da inflação. E por azar nosso, dos brasileiros, errou o tigre e errou a própria cabeça, que era onde deveria ter acertado.

Esse Senhor trouxe para si todos os ditadores do auge da ditadura, quando nossos generais mandavam. Após a demissão dos seus antigos Ministros, trouxe os "paparicadores" dos generais, colocando-os como Ministros da República. E estes Ministros entram com o palavreado moderno, dizendo que são modernos, dizendo que é para mobilizar o serviço público, e falando contra a inflação, e falando contra a fome! Mas, basta não ter memória curta, no nosso País. E aqueles que têm, basta pegar os jornais da década de 60, 70 e 80 e ler que estes Ministros são os atuais Ministros, os próprios responsáveis pela alta da inflação, são os próprios responsáveis pela fome da classe trabalhadora e que os pobres deste País sofrem! São estes os Ministros que ajudaram Sarney, Figueiredo, Geisel, Médici, Castelo Branco, a impor a ditadura à nossa causa, às organizações da sociedade civil, a prender trabalhadores! E, agora, se dizem democratas, imaginando o Senhor Jarbas Passarinho, que só um passarinho faz verão e que seu olho é suficiente, no seu palavreado, para dizer que temos democracia!

Neste Ministério, todos nós já sabemos quem são. São os próprios responsáveis, também, pela catástrofe brasileira de hoje. Não são seus pais e nem seus avós. São os próprios, junto com o Presidente da República, cujo pai, cuja família e cujos amigos sempre estiveram ao lado destes di-

tadores e ao lado desses ministros.

E entre esses Ministros tem um como grande moralista o Senhor Bornhausen, que em 86 tornou-se vice-Governador, indicado, rasgando a Constituição Estadual de Santa Catarina porque para ser vice-Governador tinha que ter acima de 35 anos e, na época, ele era um jovem de 25 anos. Rico, ficou graças a negócios escusos enquanto vice-Governador e enquanto Governador, mais tarde, também indicado pela ditadura. E esse Senhor que se diz que é santo, se colocado ao PC Farias, ao lado, vai se ter dúvida qual deles é o maior feiticeiro.

Uma vez que esse Senhor, Bornhausen, é feiticeiro velho e PC e os outros são aprendizes.

Mas, o nosso Presidente, bem apessoado de gel na cabeça, fazendo as suas estrepolias esportivas para chamar a atenção da Nação, enquanto isso, por trás, a falcatura continua solta, corria solta.

Basta vermos algumas questões. O Tribunal de Contas da União constatou que o Governo Collor desviou 646 milhões de dólares para gastar em publicidade e divulgação em festas, hospedagem, passagens aéreas, pagamentos de militares e alimentação de militares.

Esses 646 milhões de dólares, divididos por 30 mil - que é o valor de um "Magri" - equivale a 21 mil 533 "Magris". Com todo esse desvio nós ficamos preocupados com o tecido da farda dos generais que foram superfaturados. O Ministério da Economia, no início deste mês que amanhã se finda, emprestou 260 milhões de dólares, ou seja, 8.666 "Magris" para a Construtora Andrade Gutierrez, coitada da construtora, eles estavam necessitando. Para que essa construtora construísse uma hidrelétrica, claro que hidrelétrica é necessário, mas só que essa hidrelétrica era para ser construída no Irã, não é no Brasil.

Onze estatais foram privatizadas já no Governo Collor. Elas valem, segundo o Governo, 4,6 bilhões de dólares, ou seja, 133 mil 333 "Magris". Na verdade se nós levarmos em conta avaliações outras, essas estatais valem muito mais que 4,6 bilhões de dólares. Em troca dessas onze estatais o Governo Federal recebeu em dinheiro um milhão de dólares e nós estávamos preocupados com as mochilas do Alcení Guerra. E por falar em Alcení podemos lembrar inúmeras outras falcaturas: os guarda-chuvas, as mochilas, os hospitais superfaturados, seringas, agulhas, bicicletas, talhas, carros que eram 138 e somente apareceu agora o 125, os outros desapareceram, todos superfaturados e eu pergunto, no valor de um "Magri", 30 mil dólares, quantos "Magris" recebeu Alcení? Ou como diz o próprio Alcení na campanha do Senhor Pizato na campanha à Prefeitura de Curitiba.

Pois além dessas falcaturas, tem a da LBA, que tem envolvida a própria Malta, a primeira dama através da cesta básica na campanha de Alagoas. Foram os dólares que levaram os usineiros para um superfaturamento na compra de feijão; foi a Margarida Procópio desviando o FGTS. E o mais famoso desvio que é o do canal da maternidade, que não podia ter nome mais adequado "canal da maternidade" aonde muitos do Planalto Central e do Acre mamavam. Que maternidade! Foi o escândalo do café que envolve a Zélia. Tem a fraude na venda dos livros escolares que foram vendidos como papel velho; tem a fraude pela contratação das agências de publicidades como a de setembro que fez a campanha de Fernando Collor. Perto de tudo isto, de todos os roubos, um roubo de 30 mil dólares do Magri provavelmente vai ser tratado no Tribunal de Pequenas Causas e perto de tudo isto é que podem ser tratado o do Magri.

Após toda essa roubalheira chegamos à CPI.

E o que foi dito na CPI até o momento? Disse o Senhor Pedro Collor que PC Farias investiu 15 milhões dos 100 milhões de dólares arrecadado para a campanha de Fernando Collor. Disse que o PC Farias recebe um milhão de dólares por mês de usineiros alagoanos para serem livrados das dívidas do Midlan Bank. Diz Pedro Collor que PC Farias usou o Ministério da Ação Social ao tempo da Margarida Procópio como o seu quintalzinho onde mandava um sócio, o piloto Jorge Bandeira de Mello. Diz que o PC Farias envolveu-se em negociatas na Central de Medicamentos do Ministério da Saúde. Disse que o PC Farias pressionou o Presidente da PETROBRAS, Luís Otávio da Motta Veiga, a fechar o contrato de 40 milhões de dólares com a VASP, que estava sendo comprada por Wagner Canhedo. Que PC Farias mantinha um ministério paralelo no Governo Collor. Que PC Farias tem empresas operando no exterior. Que PC Farias remete dólares ilegalmente ao exterior. E vai por aí afora sobre as acusações sobre o PC Farias.

E agora a revista "Isto É" de hoje, coloca que o PC Farias é quem paga as despesas da Casa da Dinda com o motorista da Secretária de Collor, Ana Gomes, mandando-o buscar cheques, dinheiro, dólares para pagar os funcionários, para pagar a conta de luz, para pagar as despesas, enfim, da Casa da Dinda.

E o Collor diz que não tem nada com isso. E o Collor nos seus ascetas dizem que são inocentes. E o próprio Presidente da CPI, Benito Gama, tenta defender o Sr. Collor, quando ele mesmo usa avião da empreiteira OAS, cujo proprietário é genro de Antônio Carlos Malvadeza, ou seja, o Governador da Bahia.

Disse o PC Farias que Cláudio Vieira era responsável pelo dinheiro de campanha. Que o Banco do Nordeste concedeu empréstimo de 800 mil dólares para montar a "Tribuna de Alagoas". Disse o Pedro Collor que Wagner Canhedo estava comprando a VASP e que estava com problemas e pediu ao Sr. PC Farias a sua interferência, e como Canhedo é amigo de PC este intercedeu em favor do amigo.

E assim são as acusações que correm soltas no Governo Federal. Após todas as acusações de corrupção no alto escalão do Governo, após todas as denúncias que têm sido feitas na CPI, Collor continua dizendo que é inocente. Os governistas que o apóiam continuam dizendo que Collor é inocente. E o pior disso tudo é que Brizola vai para a grande imprensa e também acha que Collor é inocente. E todos os que estão ao lado de Collor e toda a elite brasileira e todos que dão sustentação ao Collor, dizem que não pode atingir o Presidente da República porque colocaria em risco a democracia brasileira, a instituição brasileira. Quando nós sabemos que maior risco do que o roubo, do que a corrupção, do que o descrédito que todos nós temos sobre o Governo Federal não é risco maior do que o Governo Federal se afastar.

Domingo passado, não este de ontem, o anterior, Collor vai para a televisão e tenta se defender, e todos que o viram notaram-no nervoso e desequilibrado, e se dizia tranqüilo. Afirmava ele, naquele discurso, que nunca foi avisado sobre corrupção. Coitado! Não precisa ter amigo para avisar quando a imprensa nacional está dizendo que tem corrupção desde que ele assumiu a Presidência da República, ou nós temos um Presidente que não tem assessoria, ou nós temos um Presidente que não lê a imprensa, porque dizer que nunca foi informado por ninguém da roubalheira que tem no seu Governo é achar que nós, da população, que nós, povo brasileiro, somos imbecis, achar que vamos acreditar nele é achar que estamos de olho fechado, boca calada e ouvido tampado. Uma vez que bastava ouvir e ver e ler para saber o quanto tinha de corrupção!

Disse Collor que só seguia em respeito à Constituição, que nunca ia desrespeitar as leis do nosso País, esqueceu Collor que seu primeiro ato, como Presidente, foi baixar o Plano Collor, totalmente inconstitucional, e a partir daí cerca de 19 medidas provisórias, todas elas inconstitucionais!

Ainda mais, disse Collor, na televisão, que duvida da crise real em que o País vive, duvida porque ele deve viver numa ilha e ele não está saindo desta ilha, que é a ilha do Palácio do Planalto e ela está cercada de lama por todos os

lados. E, passada a lama que cerca o Palácio do Planalto, nós temos a população brasileira, cada dia mais pobre, cada dia numa crise econômica das piores possíveis, cada dia com maior dificuldade econômica, pois o salário da classe trabalhadora não dá para comprar o pão de cada dia, não dá para comprar o arroz e o feijão daqueles que estão empregados. E aqueles que estão empregados, sejam eles do serviço público ou privado, têm seus salários achatados todos os dias. Sejam eles de que governo for, não comprem mais nada do que conseguem comprar quando Collor assumiu a Presidência da República.

Esta é a crise real. Crise esta que seus Ministros que deram sustentação à ditadura, que os partidos que deram sustentação à ditadura, dão sustentação a Collor, e ele e os ditadores então seus ministros, são responsáveis por ela. Collor está cego e surdo ao dizer que não vê e que não existe crise real em nosso País.

Existe a primeira, a crise da moralidade. Moralidade esta que este governo não tem. Ele é imoral ao permitir e ao constatar tanto roubo e nada fazer porque provavelmente também está envolvido. Se não estivesse, algo já teria feito. E ele não faz. Se ele demitir Ministro sob acusação de corrupção, este Ministro abrirá a boca e dirá quem é o chefe da quadrilha, quem é o mandante de tal corrupção.

Falava Collor, naquela entrevista, que ele sempre pensou no interesse da maioria. Da maioria que é o cidadão comum. Não sei em que parâmetro Collor se baseia para dizer que pensou sempre em favor da maioria. Pode até ser que pensou na maioria, mas é como tomar desta maioria. Como fazer com que eles fiquem cada vez mais pobres. Neste sentido, é muito provável que Collor tenha se comportado assim.

Diz Collor que a imensa maioria do povo brasileiro está lutando com determinação e sacrifício por um País melhor, honesto, digno e socialmente justo. Acima de tudo, esta grande maioria tem lutado para isto. Mas não temos conseguido, como maioria, um País honesto, digno e socialmente justo. Não estamos conseguindo porque tudo o que construímos é roubado no Planalto Central pela malta dos Collor, pela malta que o cerca, pela quadrilha que o cerca.

Hoje temos um País cansado. Temos um País desesperançado, temos uma Pátria traída. Temos uma Pátria isolada, porque os nossos governantes não desejam vê-la feliz. Os nossos governantes não desejam um País justo. Os nossos governantes não desejam um País onde todos tenham comida. O que Collor e sua quadrilha desejam, é cada vez ter mais dinheiro, no País ou fora dele. O que desejam é ver uma população cada vez mais humilhada.

Para superarmos esta crise, não tem outra saída a não ser a renúncia do Governo Collor e a convocação pelo vice-Presidente da República, imediata, de eleições gerais para o Congresso Nacional e para a Presidência da República. Não tem saída com Collor! A saída do Brasil é a saída de Collor e de sua quadrilha!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Liderança, PL com a palavra. (Declina).

PDT. (Declina).

PST. (Declina).

PFL. (Declina).

PRN. (Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PT. (Declina).

PTB. (Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 12/92, subscrito pela Senhora Deputada Lygia Puppato, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 29 do corrente mês, em função de estar representando a Bancada do PT, na solenidade de comemoração do 20° aniversário de Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná, que se realizará na Cidade de Londrina. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 164/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22, 23 e 24 do corrente mês, em função de viagem em Municípios da Região Noroeste do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoio. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n° 371/91, 059, 152, 158, 159, 166, 167, 173, 176, 185 e 187/92, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

A Mesa transfere a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para a sessão de amanhã, até que a Comissão de Orçamento envie o seu parecer.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n°

059/92, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Museu de Arte Contemporânea - MAC e do Museu de Imagem e do Som - MIS - AA - MAC/MIS, com sede nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 93 de 23.06.92).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 371/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Cristo Vive de Curitiba - PR. Com PARECER CONTRÁRIO da CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Favor registrar voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 152/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 037/92, dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, como receita própria da Autarquia. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 03 (três), de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 152/92:

O artigo 1° do PL 152/92 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - As multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas da seguinte forma:

I - 50% aos municípios onde ocorreram as notificações;

II - 40% ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, constituindo-se em receita própria da autarquia.

III - 10% para os Programas de Assistência ao Menor, desenvolvidos pela Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Parágrafo Único - Cada um dos percentuais determinados nos incisos I, II e III serão depositados mensalmente pelo DETRAN/PR, em conta bancária de cada um dos destinatários ali definidos.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

LYGIA PUPATTO

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Albino Corazza, Paulo Maia, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de manutenção a sinalização

do trânsito é feito pelos próprios municípios. Nada mais justo então que pelo menos metade das multas incidentes de seus limites, sejam aos municípios repassados para constituir-se fundo de recursos para tais serviços.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02.

O § 1° do artigo 2° do Projeto de Lei n° 152/92, fica modificado com a seguinte redação:

Art. 2° ...

§ 1° - As taxas de serviços de que trata o Anexo referido no "Caput" deste artigo serão recolhidas diretamente pelo Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, e se constituirão em receita própria da Autarquia, excetuando o percentual de 10% (dez por cento) que se destinará a programas de Assistência ao Menor, que deverá ser repassado, mensalmente, e gerido nos termos do inciso IV do artigo 114 da Lei n° 8.485 de 03 de junho de 1987.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: João Arruda, Luiz Carlos Martins, Heinz Herwig, Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, visa corrigir a redação do § 1° do artigo 2°, compatibilizando-o consoante o disposto da Lei n° 8.485/87 que dispõe sobre a Organização do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03.

Artigo Único: Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei n° 152/92:

"Artigo: Os valores provenientes do recolhimento das multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, reverterão, na base de 50% (cinquenta por cento), ao município originário da infração.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoio: Rossoni, Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, um ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Nada mais lógico que a aplicação dos recursos auferidos através do recolhimento das multas, sejam aplicados no Município que produziu a receita, o qual, certamente, terá melhores condições de aplicação por estar perto da realidade de sua Cidade.

Por estas razões, pedimos o apoio dos nobres Pares para o apoio desta emenda, a qual, certamente produzirá grande alcance social se aprovada.

Projeto retorna às Comissões com prazo de 48 horas para Parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tendo em vista que amanhã, regimentalmente, é o último dia que a Assembleia Legislativa estará deliberando sobre matérias constantes não só da Ordem do Dia, mas daquelas que ainda se encontram nas Comissões, eu consulto Vossa Excelência se em caráter excepcional nós não poderíamos remeter essas matérias às Comissões com prazo de 24 horas para apreciação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O prazo é regimental, 48 horas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 41/92, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Caetano Munhoz da Rocha, os lotes de terreno n°s 2 a 7, da quadra 157, e os lotes 2 a 11, da quadra 158, do Loteamento Curitiba, registrados no Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 42/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.631.000,00 (duzentos e dez milhões, seiscentos e trinta e um mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.M.A.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 166/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 923/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Paulo Maia, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 166/92

O Art. 2°, do Projeto de Lei n° 166/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2° - A revisão do vencimento bā-

sico de que trata o artigo anterior será feita, por lei, na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, a partir de 1º de agosto de 1992.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Domingos Carvalho, Luiz Antonio Setti e Elio Rusch.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Art. 1º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% a partir de 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos Conselheiros continua a corresponder ao percentual de 170% estabelecido na Lei n° 8089/85.

Art. 2º - Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais, mediante Lei.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n° 9048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) PAULO MAIA

Apoiamto: Nelson Justus, Colombino Grassano, Emilia Belinati e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

De autoria do Tribunal de Contas do Paraná, órgão auxiliar do Poder Legislativo, dispõe o Projeto de Lei ora em análise sobre remuneração dos membros do referido órgão, fixando o vencimento básico dos Conselheiros, a partir de 1º de junho do ano em curso, em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais, mais 20% a partir do dia 01/07/92, acrescido da verba de representação ditada pela Lei n° 8089/85, que é de 170% (cento e setenta por cento) - mas o anteprojeto oculta - e veda qualquer vinculação aos vencimentos ou remuneração dos Conselheiros.

No que pese a técnica legislativa é evidente que a proposição deve ser reparada, senão vejamos:

a) Se é para se dar publicidade à remuneração, nada mais óbvio que se transpareça o valor da "verba de representação" que é de 170% conforme a Lei 8089/85;

b) No art. 3º pretende vedar "toda e

qualquer vinculação ao vencimento ou à remuneração dos Conselheiros" esquecendo - e a técnica legislativa com isso não compadece - que tal vedação decorre da Lei Maior Federal, no art. 37, em seu inciso XII, razão porque não vislumbramos deva ser ele mantido.

Por isso tudo, nos manifestamos favoravelmente, ressaltando e adaptando o disposto no § 2º do art. 1º e o art. 2º ao qual adiciona-se a expressão "mediante Lei", expungindo o art. 3º e expressa no art. 4º a Lei n° 9048, de 04/07/89, razão que nos leva, nesta oportunidade, a apresentar Substitutivo ao Projeto, com as alterações que especifica.

Em face à apresentação de Emendas, o Projeto retorna às Comissões. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 167/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 924/92, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL do Tribunal de Contas do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 03 (três), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 167/92

Artigo Único - Fica suprimido o Art. 3º, do Projeto de Lei n° 167/92.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Oswaldo Trevisan, Erondy Silvério, Dobrandino da Silva e Severino Félix.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 02

O Art. 2º do Projeto de Lei n° 167/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo anterior será feita, por lei, na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, a partir de 1º de agosto de 1992.

Sala das Sessões, em 25.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Djalma de Almeida César, Luiz Antonio Setti e Elio Rusch.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

Art. 1º - O vencimento básico do Pro-

curador Geral é fixado junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido de 20% (vinte por cento) a partir do dia 1º de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas corresponde ao percentual de 170% (cento e setenta por cento) estabelecido na Lei nº 8089/85.

§ 3º - A remuneração do Procurador Geral não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Art. 2º - O vencimento estabelecido no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais, mediante Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(aa) DALTON MACHUCA
COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Paulo Maia, Heinz Herwig e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Anteprojeto de Lei enviado a esta Casa pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado.

O Substitutivo anexo a este visa: alterando no art. 1º o § 2º para introduzir, a expressão "de 170%"; o § 3º dá-lhe o texto salarial e ainda suprimindo o art. 3º, por flagrante ilegalidade, passa a dar clareza ao pretendido na mensagem, e embasa a matéria dentro da relevância constitucional que a envolve.

A Carta Republicana de 88 estabeleceu como **competência privativa** dos Tribunais de Contas:

"A criação e a extinção de cargos e fixação dos vencimentos de seus membros,...dos serviços auxiliares..."

Mas, por seu turno, verifica-se claramente que a matéria incluída no art. 3º do Projeto, deva ser cuidada e disposta, por óbvio, em lei que apenas trata de fixar os vencimentos básicos do Procurador Geral junto ao Tribunal.

Além disso trata ele da substituição de integrantes da carreira do Ministério Público junto ao Tribunal ao qual se aplicam princípios institucionais, inclusive os da **independência funcional**.

Daí por que, data vênia, indevida e ilegal a pretensão de estabelecer regras e princípios que devam obrigatoriamente ser objeto de mencionada Lei Orgânica.

Assim nos manifestamos à aprovação do Projeto de Lei, com as ressalvas apresentadas no Substitutivo ao Projeto, com as

alterações que contém.

Em face à apresentação de Emendas, o Projeto retorna às Comissões. **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com SUBSTITUTIVO GERAL do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Nelson Justus, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

ANTEPROJETO DE LEI
SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 173/92

Art. 1º - O vencimento básico dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, ativos e inativos, a partir de 01 de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 3.590.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% (vinte por cento) a partir de 01 de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos cargos tratados nesta Lei, continua a corresponder ao percentual estabelecido na Lei nº 8089/85.

§ 3º - A remuneração dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do mesmo Tribunal.

Art. 2º - O vencimento fixado no artigo anterior será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas, no Orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9366, de 12 de setembro de 1990 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 173/92.

O Art. 2º, do Projeto de Lei nº

173/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo anterior será feita, por lei, na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, a partir de 1º de agosto de 1992".

Sala das Sessões, em 25.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamiento: Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Djalma de Almeida César, Luiz Antonio Setti, Elio Rusch.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02.

Art. 1º - O vencimento básico dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado e dos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, a partir de 01 de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 3.590.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) mensais.

§ 1º - O vencimento básico, estabelecido neste artigo, fica acrescido em 20% (vinte por cento) a partir de 01 de julho do corrente ano.

§ 2º - A verba de representação mensal dos cargos tratados nesta Lei, continua a corresponder ao percentual de 170% estabelecido na Lei 8.089/85.

Art. 2º - A remuneração dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas, não poderá exceder, a qualquer título, a dos Conselheiros do mesmo Tribunal.

§ 1º - Os proventos dos Auditores e Procuradores inativos serão revistos, na mesma proporção e data, sempre que se modificar a remuneração concedida a qualquer título aos servidores em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei.

Art. 3º - O vencimento fixado no artigo primeiro será revisto nas mesmas datas dos reajustes dos servidores públicos Estaduais, mediante Lei.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9.366, de 12 de setembro de 1990 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamiento: Colombino Grassano, Lygia Puppato, Emilia Belinati, Paulo Maia, Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

De autoria do Tribunal de Contas do Paraná, órgão auxiliar do Poder Legislativo, veio o Projeto, ora em análise, dispondo sobre remuneração dos Senhores Auditores e Procuradores, ativos e inativos, daquela Corte, fixando vencimentos de Cr\$

3.590.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil cruzeiros) a partir de 01/06/92 e 20% a partir de 01/07/92; acrescido de verba de representação fixada pela Lei nº 8.089/85; fixando o limite máximo dos referidos vencimentos e proventos e dá outras providências.

Compete a este Pretório, avaliar a admissibilidade constitucional do presente projeto em razão de sua compatibilidade e conformidade com a Constituição adaptando a norma e dando-lhe qualidade técnica legislativa.

A lei ordinária é o ato legislativo típico do Direito Público e levando-se em conta sua estrutura, é um ato complexo.

Não há dúvida que é do Tribunal de Contas o poder de apresentar e propor a adoção de uma lei que regule a presente matéria, submetendo-se ela à apreciação de conveniência e redação precisa da Assembléia Legislativa.

Bem por isso, manda a boa técnica que se retire as expressões "ativos e inativos" contidas no art. 1º para adequá-las a cada caso.

Mantém-se o parágrafo 2º do art. 1º, acrescentando-se a expressão "de 170%" que visa dar transparência a verba de representação contida na Lei nº 8089/85.

Por falta de norma legal, institui-se a regra contida no art. 2º do Substitutivo, que dá aos Auditores e Procuradores, quando em substituição a Conselheiros e ao Procurador Geral, os mesmos vencimentos, isto porque, segundo o disposto nos arts. 77, inciso II, § 4º, e o art. 121 da Constituição Estadual, gozam os Auditores do Tribunal de Contas, e os membros do Ministério Público junto a ele, os primeiros quando em substituição aos Conselheiros e os segundos pela citada disposição constitucional, das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

Mantém-se no parágrafo 1º do art. 2º a regra do teto máximo de vencimentos já constante do parágrafo 3º, do art. 1º, da mensagem substitutiva com exclusão também das expressões "ativos e inativos".

Estabelece-se no parágrafo 2º, a revisão dos proventos para as duas classes dos servidores inativos.

É que entre os inativos das carreiras de Auditores e Procuradores, existem situações individuais diferenciadas.

Alguns deles acham-se protegidos pela imutabilidade das decisões judiciais que os beneficiaram e se constituíram em coisa julgada.

Outros que tiveram situações jurídicas constituídas anteriormente ao dispositivo da vedação constitucional de equiparação de vencimentos.

Não se trata do argumento inoponível

do direito adquirido para justificar possível equiparação que é proibida face ao art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Trata-se apenas de adequação dos casos diferenciados nos limites do mandamento constitucional do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, combinado com o princípio da isonomia salarial previsto no art. 39, parágrafo 1º da referida Carta Magna.

Ao parágrafo 3º, acrescenta-se a expressão "mediante lei" não constante do art. 2º da mensagem.

Em face à apresentação de Emendas, o Projeto retorna às Comissões.

Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 44/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros), vigentes ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Renais, Doadores e Transplantados Renais - APARTRANS, com sede e foro nesta Capital. Sem PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. nº 1.007/92, que reajusta, nos meses de junho e julho de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários ativos e inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Heinz Herwig e Geraldo Cartário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI.

Altera a redação do inciso II, do Art. 4º.

Art. 4º - ...

I - ...

II - A partir de 1º de julho de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: João Arruda, Luiz Carlos Mar-

tins, Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02.

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. - Fica vedado ao Procurador e Auditor, inativos, do Tribunal de Contas do Estado, o acúmulo de função, ressalvados os casos previstos em lei.

Parágrafo Único - O Procurador ou Auditor inativo poderá, no caso de acúmulo de função, optar junto ao órgão pertinente.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti.

Em face à apresentação de Emendas, o Projeto retorna às Comissões. **Encerrada a discussão.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no art. XV da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Com PARECER FAVORÁVEL da CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

**SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ,
AO PROJETO DE LEI Nº 161/92.**

O Projeto de Lei 161/92 terá a seguinte redação:

Art. 1º - Fica fixado como limite máximo de remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, o valor recebido em espécie, a qualquer título, pelo exercício do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, na forma dos artigos 37, XI, da Constituição Federal e 27, XI, da Constituição Estadual.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.92

(a) PAULO MAIA

Apoio: João Iensen, uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Substitutivo ao Projeto de Lei que estabelece limites à remuneração dos servidores do Poder Judi-

ciário justifica-se pela flagrante inconstitucionalidade da proposta como originalmente apresentada. A utilização de limitador salarial de um Poder instituído na esfera de outro Poder instituído, como pretende o Projeto na sua forma original contraria o disposto no Artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, e Artigo 27, inciso XI, da Constituição Estadual, segundo os quais deverão ser observados como limites máximos os valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos poderes. Na forma original o Projeto de Lei nº 161/92 aplicava-se "limitador" do Poder Executivo sobre remuneração do Poder Judiciário, o que é vedado pelas Constituição Federal e Constituição Estadual.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 161/92. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - 191?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 161. Projeto em regime de urgência.

O SR. PAULO MAIA - Esse pedido de retirada para conhecimento do Plenário, quem o fez?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É um Deputado. O Deputado Cartário.

O SR. PAULO MAIA - Por gentileza, fazendo o pedido de retirada do 161 por quantas sessões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não menciona, mas diz o Deputado que são três sessões, no máximo dez.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Eu registro meu voto contrário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Da mesma forma Senhor Presidente que encaminhamos a questão anterior com referência às 48 horas, nós manifestamos a nossa preocupação com referência a retirada do projeto por três sessões, tendo em vista que amanhã nós concluímos o período de votação nesta Casa e a retirada por três sessões obrigatoriamente implica que o projeto retornará à discussão somente no mês de agosto. Embora nós saibamos até que esse nos parece o desejo dos servidores do Tribunal de Justiça, mas eu apelo ao Deputado Geraldo Cartário no sentido de que tomemos o mesmo

procedimento que estamos tomando com referência a outros projetos cuja apresentação de emendas estão transferindo para a votação no dia de amanhã e na próxima quarta-feira. Então, em vez de ser quatro sessões, que nós o retirássemos da sessão de hoje e que ele retornasse na sessão de amanhã e que se buscasse, através das conversações e dos diálogos, verificar a possibilidade de aprovação deste projeto no dia de amanhã. Caso não se chegue ao entendimento, é evidente que outro requerimento poderá ser retirado de comum acordo entre as lideranças e o Plenário para que o projeto possa numa segunda oportunidade ser retirado da Ordem do Dia.

Então, é um apelo que eu faço ao Deputado Cartário, no sentido de que retiremos apenas da sessão de hoje para que possamos até amanhã nos aprofundar na discussão também deste projeto a exemplo dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão suspensa por cinco minutos para acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Não há, pelo jeito, acordo de Lideranças.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

O que nós estamos colocando à consideração dos demais líderes é o seguinte: que este projeto está tramitando na Casa já há diversos dias. É evidente que alguns fatos estão a ocorrer a nível nacional e que gera uma certa expectativa nos servidores do Tribunal de Justiça, com relação à aprovação deste projeto e da maneira como ele foi encaminhado, porque isso poderia, num determinado momento, ficar em discrepância com aquilo que for votado pela Câmara e pelo Senado Federal.

Como existem dúvidas de nossa parte, não só de nossa parte, pessoalmente na condição de Líder, mas de parte de alguns Parlamentares se o correto seria de pronto adiarmos a votação, até porque o próprio Regimento, que Vossa Excelência está propondo, seja ele cumprido à risca, não nos permite retirar projetos em regime de urgência que já está em 2ª votação, principalmente neste caso, a sugestão que nós estamos dando aos demais líderes e que nós achamos a mais correta para o momento, para que não possamos nos arrepender amanhã ou depois é de que, em vez de votarmos o requerimento de retirada da Ordem do Dia por três sessões, a exemplo do que fez Vossa Excelência com referência ao projeto da LDO, nós transferiremos a votação deste

projeto 161 para a sessão de amanhã. Tere-mos vinte e quatro horas para analisar, para pensar, tanto nós os Parlamentares, as Lideranças e os servidores do Poder Judiciário e amanhã, sim, se decidir pela não votação do projeto, então, daremos aprovação ao requerimento do Deputado Geraldo Cartário; se mantida a decisão de votar o projeto, nós não votaríamos.

Eu acho que é a medida mais sensata para o momento, a exemplo do que fez Vossa Excelência com a LDO, seria transferir a votação do projeto 161 para amanhã e am-anhã nós discutirmos com mais conhecimento de causa, com mais clareza o que fazer com o adiamento da votação ou não.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Infelizmente, não houve realmente um acordo das Lideranças. Mas é necessário que fique bem claro aqui, que é chegado o momento de nós usarmos do maior bom senso, do maior equilíbrio nessas votações de afogadilho no final do período legislativo.

É importante, portanto, uma vez que nós ouvimos a classe dos funcionários do Poder Judiciário, ouvimos o entendimento existente entre as outras lideranças. Amanhã nós temos a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por que nós não podemos adiar e jogar tudo isso para agosto?

De formas que em nome da Liderança do PRN eu sugiro que nós votemos o requerimento do Deputado Cartário, para que nós adiemos por dois dias e conseqüentemente votemos esta matéria em agosto e aí sim, na expectativa de que o Senado e a Câmara Federal já tenham uma decisão positiva ou negativa e evite um confronto de novas greves, de novas dificuldades do Poder Judiciário.

Portanto, a proposição desta Liderança é de que seja apreciado o requerimento do Deputado Cartário.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós somos favoráveis ao adiamento dessa questão e até fazemos a retirada do nosso voto contrário, porque obviamente a própria Comissão de Constituição e Justiça já demonstrou no seu parecer a inconstitucionalidade de tal iniciativa, visto que há o entendimento dos próprios servidores daquele poder, nós não vemos o porquê de adiar a referida iniciativa da aprovação do referido projeto, por isso a bancada do PDT fecha também favorável ao requerimento do Deputado Cartário.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente.

Só um esclarecimento. Eu entendo que tal requerimento já foi votado e já foi

aprovado, sendo registrado um único voto contrário do Deputado Paulo Maia, os demais Deputados já tinham feito o seu voto.

Quando o Deputado Orlando Pessuti levantou a questão de ordem, foi após a votação. Inês já era morta, não tem mais jeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Inês é morta, mas pode ser ressuscitada.

O SR. DR. ROSINHA - Na Assembléia Legislativa, a UTI é deficiente..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Orlando Pessuti requereu verificação de votação.

22 aprovam.

21 rejeitam.

Está aprovado o requerimento. Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto nº 161/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da magistratura do Estado do Paraná e das outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Em REGIME DE URGENCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Heinz Herwig, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO, DA C.C.J.
AO PROJETO DE LEI Nº 191/92

Art. 1º - O vencimento básico dos Desembargadores, a partir de 1º de junho de 1992, é fixado em Cr\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), mensais, acrescido de 20%, a partir do dia 1º de julho de 1992.

§ 1º - A verba de representação mensal dos Desembargadores continua a corresponder ao percentual de 170% estabelecido pela Lei 8089/85.

§ 2º - A remuneração dos Magistrados não poderá exceder, a qualquer título, a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo anterior, será realizada na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, mediante lei.

Art. 3º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão a conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº

9048, de 04 de julho de 1989 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 01,
AO PROJETO DE LEI N° 191/92.

O art. 2°, do Projeto de Lei n° 191/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2° - A revisão do vencimento básico de que trata o artigo anterior será feita, por lei, na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, a partir de 1° de agosto de 1992.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Luiz Antonio Setti, Djalma de Almeida César, Elio Rusch.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
DE PLENÁRIO, N° 02.

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei n° 191/92 o seguinte artigo:

Art. ... - O artigo 5° n° 10.003 de 26 de junho de 1992 fica acrescido do seguinte inciso:

"II - A partir de 1° de julho de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992".

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) HEINZ HERWIG

Apoiamento: João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Projeto de Lei n° 191?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - N° 191/92.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, solicito que Vossa Excelência faça a leitura de novo das emendas porque não foi possível ouvir a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou me fazer audível, mas a Emenda, uma é de brilhante "pena" de Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Essa nós temos aqui, mas a outra não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê emenda). Emenda corretiva.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nós do PT queremos manifestar a nossa posição a respeito do projeto de lei que está agora sendo votado. Nós achamos que esta ma-

téria que está em jogo, coloca em jogo a dignidade do Poder Legislativo e a interdependência entre os Poderes. Nós entendemos que esta posição defende os interesses do próprio Poder Judiciário do nosso Estado. Tal projeto, no nosso entender, é inconstitucional e a inconstitucionalidade da lei se deve ao fato de ferir os princípios do artigo, os princípios constitucionais confrontam o inciso XII do artigo 37 e o artigo 93, inciso V, que ainda merece uma interpretação dos Poderes superiores.

Então, nós em função de atingir esses princípios constitucionais, nós da Bancada do PT somos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é contrário a Emenda n° 1?

O DR. ROSINHA - Ao projeto em si e a emenda não corrige os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A revisão do vencimento básico em que trata o artigo anterior será feita por lei. E contra esta emenda?

O DR. ROSINHA - Não. Eu encaminhei contra o projeto em si.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ah, sei. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.
Aprovada.

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Vossa Excelência não colocou em votação o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Logo em seguida.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Posso começar pelo substitutivo.

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para que se processe a verificação de votação eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETARIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e quatro Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há quórum para votação.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 192/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. Com PARECER FAVORÁVEL da CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em n° de 08 (oito), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 01,
AO PROJETO DE LEI N° 192/92.

O art. 2°, do Projeto de Lei n° 192/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4° - A revisão do vencimento básico de que trata o art. 1° será feita, por lei, na mesma data e no mesmo índice fixado para os servidores públicos estaduais, a partir de 1° de agosto de 1992".

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Djalma de Almeida César, Luiz Antonio Setti, Elio Rusch.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02.

O parágrafo único do art. 5° passa com a supressão do "caput" do art. 5° a constituir o próprio artigo e com a mesma redação.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(aa) DALTON MACHUCA

COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Lourenço Fregonese, Emilia Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Heinz Herwig, Antônio Annibelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03.

Suprima-se o art. 5° do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(aa) DALTON MACHUCA

COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Emilia Belinati, Antônio Annibelli, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra, Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Verifica-se claramente que a matéria incluída no sobredito artigo, deva ser cuidada e disposta, por óbvio, na Lei Orgânica do Ministério Público Estadual, pois não pode ter respaldo matéria que diz respeito a Escola Superior do Ministério

Público do Estado em lei que apenasmente trata de fixar os vencimentos básicos do "Parquet" estadual.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04.

Suprima-se o art. 6° do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(aa) DALTON MACHUCA

COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Heinz Herwig, Emilia Belinati, Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Repete o presente artigo a proibição consolidada na Constituição Estadual, art. 27, XIII, que diz:

"é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto nesta Constituição".

Desta forma, não cabe a lei ordinária, por força até de técnica legislativa, reproduzir mandamentos já inseridos na Constituição que estão a exigir obediência absoluta.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 05

O artigo terceiro do presente projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3° - A remuneração dos membros do Ministério Público não poderá exceder, a qualquer título, a dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(aa) DALTON MACHUCA e

COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Doutor Rosinha, Rossoni, Emilia Belinati, Ademar Traiano, Nelson Justus e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Conquanto o art. 118, I, f, da Constituição Estadual, faça referência ao teto do vencimento limitado ao do Procurador Geral da República, entendemos deva ser obedecido no art. 3°, desta lei, o disposto no art. 77, § 3°, da Carta Magna Federal que estabelece "os valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título", no âmbito dos poderes estaduais.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 06

Seja incluído no texto do artigo segundo do presente projeto de lei o que segue:

Art. 2° - A verba de representação mensal dos membros do Ministério Público continua a corresponder ao percentual de 170% (cento e setenta por cento) estabelecido pela Lei n° 8.089, de 05 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(aa) DALTON MACHUCA e

COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Doutor Rosinha, Rossoni, Emília Belinati, Ademar Traiano, Paulo Maia e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda acrescentando a expressão "170%" dar transparência ao valor da "verba de representação" contida na Lei 8089/85.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07.

Inclue-se onde couber no Projeto de Lei n° 192/92 o seguinte artigo:

Art... - O artigo 3° da Lei n° 10.002 de 26 de junho de 1992 fica acrescido do seguinte inciso:

"II - a partir de 1° de julho de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992".

Sala das Sessões, em 29.06.92.

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: João Arruda, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti e Geraldo Cartário.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 08

Artigo 1° - O artigo 6° do Projeto de Lei 192/92 entrará em vigor com a seguinte redação:

"É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso XII, do art. 27 e no parágrafo 2°, do art. 33 da Constituição Estadual. A remuneração básica do Secretário de Estado é, no mínimo, igual a do Procurador Geral da Justiça."

Sala das Sessões, em 27.06.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Erondy Silvério, Mário Bezerra e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda repete singelamente mandamentos constitucionais.

Na parte final, iguala a remuneração básica do Secretário de Estado com a do Procurador Geral da Justiça.

Havia que se expurgar a inconstitucionalidade do Projeto.

Assegurando a paridade de estipêndio entre Secretário e Chefe do Ministério Público, dá-se cumprimento ao inciso XII, do art. 27 da Constituição do Estado: "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

Vale dizer ainda que paridade não é mesmo que vinculação e equiparação, estas sim proibidas pela Constituição. Embora não se apliquem ao Secretário, já que ele não integra o "pessoal do serviço público", pois é autoridade política. No

entanto, a paridade é imperativo constitucional.

Dessa maneira, se o teto remuneratório é do Executivo, nenhum cargo do mesmo nível hierárquico do Secretário de Estado pode perceber basicamente mais do que ele. Veja-se que o Secretário de Estado é o segundo na escala, logo abaixo do Chefe do Poder Executivo. Tanto é que as Constituições Estaduais anteriores concediam ao Procurador Geral da Justiça as prerrogativas e representação do Secretário de Estado.

Agora, comparando-se ambas as remunerações, verifica-se que, nos termos do Projeto, o Secretário de Estado perceberá quantia inferior a do cargo inicial da carreira do Ministério Público! Esta disparidade é inconstitucional, fere o inciso XII, do art. 27, da Constituição do Estado. É altamente discriminatória daquelas altas autoridades políticas, solidariamente responsáveis, criminal e civilmente, com o Governador. Por conseguinte, a presente emenda corrige a inconstitucionalidade e a injustiça do Projeto, enquanto dever prioritário desta Casa, cumprir a Constituição que livremente redigiu.

Em face à apresentação de emenda, o projeto retorna às Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1102, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, José Tavares, Heinz Herwig, e demais Senhores Deputados, constantes do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Presidência agradece essa homenagem póstuma prestada a seu irmão.

Requerimento de n° 1106, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1107, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1101, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa encarece a presença dos Senhores Deputados na sessão de amanhã, quando será votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias na sessão de amanhã, implica na prorrogação do período Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 136 e 191/92,
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 117, 177 e 189/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:**COMISSÃO DE FINANÇAS**

- 12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA INSTALAÇÃO E
DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, para proceder sua instalação e eleger o Presidente e vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, João Iensen, Lourenço Fregonse e Paulo Maia. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, deixando a palavra livre. Os Senhores Deputados elegeram por unanimidade o Senhor Deputado Lourenço Fregonse para Presidente e o Senhor Deputado Alceu Swarowski para vice-Presidente, seguindo-se a posse. A seguir os Senhores Deputados presentes congratularam-se com os eleitos. Na sequência o Senhor Presidente informa aos Deputados que temos na pauta dois projetos oriundos do Poder Executivo e solicita aos Deputados Alceu Swarowski e João Iensen que os relatem. 01) Projeto de Lei n.º 142/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 36/92. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 105/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 22/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Antes de encerrar a reunião o Senhor Presidente informa aos Deputados presentes que as reuniões desta Comissão, poderiam ser realizadas as quartas-feiras às 13:30 horas. Os Deputados concordaram com esta colocação do Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos três dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonse, mais a presença do Deputado Antônio Annibelli, para realizar a 2.^a Reunião Ordinária desta Comissão. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira (10 de junho), às 13:30 horas, no mesmo local. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reunião das Comissões às 16:30 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonse, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Dirceu Manfrinato e Antônio Annibelli. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução n.º 006/92, de autoria do Deputado Arlindo Troian e outros. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO FINANÇAS

- 12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, às 13:30 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonse, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia, João Iensen, Cleiton Kielse e Nelson Garcia. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Solicita ao

Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado João Iensen REQUER a dispensa da leitura. O Senhor Presidente DEFERE. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 005/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 63/92, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 130/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 34/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 141/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 289/91, de autoria do Deputado Nei-vo Beraldin. Relator Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO PAULO MAIA. 06) Projeto de Lei nº 115/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 26/92. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 136/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com ressalvas em relação aos índices apresentados. O Deputado Paulo Maia, diz não ter tomado conhecimento de tal Projeto, pois não foram distribuídas cópias aos membros da Comissão, desta maneira fica difícil uma decisão mais apurada. Requeiro vistas. O Senhor Presidente indefere, pois o Projeto está em Regime de Urgência. Ao terminar as considerações, o Deputado Paulo Maia vota favoravelmente, mas com ressalvas quanto aos índices apresentados no Projeto. A seguir o Presidente solicita ao Deputado Cleiton Kielse, que faça a leitura dos Pareceres já exarados pelo Relator dos Projetos de Lei nºs 122 e 103/92. 09) Projeto de Lei nº 122/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 103/92, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. O Deputado Paulo Maia, requer vistas. O Presidente defere. Com relação, ainda, ao Projeto de Lei nº 136/92, o Deputado Cleiton Kielse, solicita que se forneça, aos membros da Comissão, cópias de tal Projeto, bem como do Parecer já aprovado. O Presidente informa que o Secretário irá providenciar. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será

assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
WILSON PENKA - Secretário
COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, às 13:30 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Alceu Swarowski, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Paulo Maia, João Iensen e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 103/92, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 166/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 923/92. Relator: Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 157/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 40/92. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 149/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 165/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 167/92, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 924/92. Relator: Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 173/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 08) Projeto de Lei nº 159/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 42/92. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 160/92, de autoria do Poder Judiciário (Ofício nº 222/92). Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 150/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 446/91, de autoria do Deputado José Tavares. Relator: Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 156/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 39/92. Relator: Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 182/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 48/92. Rela-

tor Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 183/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 49/92. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 184/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente "ad hoc"
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Oswaldo Trevisan, Plauto Guimarães, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins, Toti Colaço, Paulo Maia, Emilia Belinati, João Iensen. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, colocando a Ata da sessão anterior em discussão e votação - APROVADA. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Paulo Maia, que apresenta requerimento onde solicita diligências ao Projeto de Lei n° 592/91 - Indeferido, pois não há amparo regimental. 1) Projeto de Lei n° 592/91, oriundo do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Ovídio Constantino; 2) Proposição Veto n° 56/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - REJEITADO. Será designado novo Relator; 03) Projeto de Lei n° 69/92, oriundo do Poder Executivo. O Deputado Luiz Carlos Martins fez uso da palavra para dizer que na reunião anterior havia pedido vistas deste Projeto. Como não foi enviado ao seu gabinete para que pudesse analisar, requer novamente, de acordo com o Regimento Interno - Concedido. Também parabeniza o Senhor Presidente pela decisão de entregar no momento da reunião os Projetos a que forem concedidas vistas; 4) Projeto de Lei n° 152/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 169/92, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nilton

Barbosa - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 154/92, de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 168/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 117/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 09) Projeto de Resolução n° 08/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 164/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. O Deputado Relator, Ovídio Constantino, requer seja designado novo Relator - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei n° 158/92, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 13) Projeto de Decreto Legislativo n° 06/91 de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 14) Proposição Veto n° 55/92, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 83/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça. APROVADO o parecer com Substitutivo do Deputado Paulo Maia; o Deputado Nelson Justus cumprimenta o Deputado Paulo Maia pelo parecer. Também o Senhor Deputado Luiz Carlos Martins. O Senhor Presidente comunica que recebeu três Mensagens do Poder Executivo, e dada a urgência do aumento, consulta os Relatores se querem dar seu Parecer oralmente. Obtendo resposta afirmativa, prossegue a reunião. 16) Projeto de Lei n° 182/92, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 183/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 184/92, oriundo da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 121/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 148/92, de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO. O Deputado Paulo Maia requer seja registrado em ata a interpretação do artigo 28, I do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, ao Senhor Presidente Erondy Silvério. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente.

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Emilia Belinati, João Iensen, Hermas Brandão, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Ovídio Constantino, Antônio Costenaro Neto, Toti Colaço e Djalma de Almeida Cesar. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 191/92 oriundo do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo, do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 69/92 do Poder Executivo. Rejeitado o parecer do Deputado Oswaldo Trevisan. Será designado novo Relator; 03) Projeto de Lei n° 192/92 de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORÁVEL com Emenda modificativa do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 177/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 186/92 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 182/92 oriundo do Poder Executivo. Rejeitado o parecer às Emendas, do Deputado Toti Colaço. Será designado novo Relator. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente Sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesesseis dias do mês de junho de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Toti Colaço. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes projetos de lei: Projeto de Lei n° 155/92, de auto-

ria do Deputado Geraldo Cartário. Com parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL RELATIVA A CONFLITOS
FUNDIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE NOVA AURORA
ATA DA INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças partidárias para comporem a Comissão Especial para acompanhar situação relativa a conflitos fundiários existentes no Município de Nova Aurora, com o fim de proceder a sua instalação e respectiva eleição para Presidente, vice-Presidente e Relator, presidida pelo Senhor Deputado Toti Colaço. Com as presenças dos Senhores Deputados Duílio Genari, Paulo Maia, Nelson Justus e Ovídio Constantino, verificou-se a existência de número legal. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a unanimidade de votos aos nomes dos Senhores Deputados Toti Colaço, Duílio Genari e Nelson Justus, para Presidente, vice-Presidente e Relator respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado Toti Colaço agradeceu a confiança nele depositada, prometendo tudo fazer para não desmerecer a deferência de seus Pares, sendo seguidos por iguais palavras de agradecimento e de postura de confiança pelos Senhores Deputados Duílio Genari e Nelson Justus. O Senhor Presidente designou a funcionária Solange Mann para secretariar os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Solange Mann, lavrei a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) TOTI COLAÇO
NELSON JUSTUS
OVÍDIO CONSTANTINO
DUÍLIO GENARI
PAULO MAIA
SOLANGE MANN

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 352/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 005/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 03/92. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 130/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 034/92. Relator Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

CEZAR SILVESTRI - Presidente.

SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho

de hum mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei n°s 473/91, 289/92 e 122/92. Na sequência o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Albino Corazza que apresente os seus Pareceres. Projeto de Lei n° 473/91. Parecer FAVORÁVEL a sua normal tramitação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n° 289/92. Parecer Favorável a sua normal tramitação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Antônio Costenaro que apresente o seu Parecer ao Projeto de Lei n° 122/92. Parecer FAVORÁVEL. Colocado em discussão e posterior votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

Rubens Bremer - Secretário